

Memória: articulações de narrativas e acepções do tempo

MOHANA RIBEIRO BARBOSA*

Resumo

O artigo tem por objetivo pensar as diversas concepções de tempo e suas relações com a Memória no que se refere à formação de narrativas. Embora seja uma construção de caráter mutável e repleta de subjetividades, a Memória é muitas vezes encarada como uma fonte de verificação e legitimidade para a História, gerando diversos problemas teóricos. Busco discutir os problemas relativos à relação entre a memória enquanto construção afetiva e a História enquanto ciência. Encontramos no cinema e na literatura um ponto de interface com a História no que tange as vinculações entre tempo, memória e esquecimento. Trata-se de uma análise acerca das formas de registrar ações e percepções humanas no tempo, bem como do caráter sempre mutável da Memória.

Palavras-chave: História, Lembrança, Esquecimento, Testemunho.

Abstract

The article aims to consider the different conceptions of the time and his relationship with Memory as regards to the formation of narratives. Although it is a construction of character changing and full of subjectivities the Memory is often seen as a source of legitimacy and verification for History, generating several theoretical problems. I seek discuss the problems concerning the relationship between the Memory as subjective construction and the History as a science. Found in cinema and literature a point of interface with the History regarding the connections between the time, the memory and the forgetting. This is an analysis about forms to record human actions and human perceptions in the time, as well as the ever-changing character of Memory.

Key words: History, Memory, Forgetting, Testimony.

* MOHANA RIBEIRO BARBOSA é Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

A memória, encarada como capacidade de lembrar, de reter informações, impressões e ideias, possui importância fundamental para o indivíduo, para a formação de sua consciência, de sua personalidade, de suas ações sobre o mundo. A memória também é valorizada pelos historiadores, que ao escreverem seus trabalhos a encaram como fonte de verificação e de legitimidade, uma aliada na busca pela verdade.

Embora já bastante criticada – desde Nietzsche que no interior de sua crítica ao historicismo condenava os abusos no uso da memória por parte da História - essa busca pela verdade concreta ainda existe e por vezes ainda coloca a memória como o melhor caminho para se alcançar um registro fidedigno dos fatos.

Em *A Memória, a História, o Esquecimento* Paul Ricoeur discute a relação entre memória e imaginação, reafirmando que nos discursos filosóficos e literários, desde a antiguidade, são atribuídos à memória o compromisso de ser fiel ao passado, justamente porque a memória seria o único caminho seguro para nos levar até aquilo que já passou e dotá-lo de significado em nosso presente.

Em última análise, o que justifica essa preferência pela memória “certa” é a convicção de não termos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória (...).

Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos nos lembrar. (RICOEUR. 2007.p. 40)

Tanto a memória quanto a imaginação têm a capacidade de representar algo

que não está sendo vivenciado no tempo e no espaço presentes. Paul Ricoeur ressalta que a noção de distância temporal é inerente à ideia de memória e que, a princípio, é essa noção de distanciamento que diferenciaria memória e imaginação (RICOEUR, 2007). A imaginação faz com que nossos pensamentos e lembranças tornem-se imagens, a memória enquanto rememoração transformaria nossas lembranças em imagens possíveis de serem compreendidas e dotadas de significado.

Mas se não há problema em supor que a imaginação está repleta de elementos do passado, mesmo quando voltada para pensar o futuro, o mesmo não acontece com a memória. A vertente que encara a memória como fonte de informações “certas” e precisas sobre o passado, não aceita com facilidade que essa mesma memória possa ser permeada de imaginação.

A confusão entre memória e imaginação vem, segundo Ricoeur, levantando problemas “tão antigos quanto a própria filosofia ocidental” (2007, p. 27), uma vez que admitir que a memória possa ser penetrada por ações, sentimentos e lembranças do presente, ou de acontecimentos anteriores e posteriores ao que se deseja lembrar, pode ser um golpe contra seu caráter de fidelidade ao passado.

A subjetividade e a imprecisão da memória é um fato bastante conhecido no interior das ciências humanas. Mas, embora os historiadores saibam que a memória é uma construção e não um registro, ainda encontramos inúmeros trabalhos onde a memória é utilizada para legitimar e provar hipóteses, sendo, portanto encarada como o caminho “certo” e “seguro” para o passado. Percebemos que a questão não é apenas repensar o papel da memória, mas

também refletir sobre os objetivos da História enquanto ciência.

Em seus estudos sobre o tempo e a memória, Henri Bergson concebe a vida como criação, como algo que se move e se transforma. A própria duração para Bergson é marcada pela mudança, pois aquilo que não é marcado pela criação está morto, destruído, não pode durar. Nesse sentido a memória não é algo já concretizado, um simples rastro do passado. A memória é algo a ser realizado, não é um presente que já passou, mas uma criação a partir do presente. A memória é criativa, essa criatividade vem das experiências do presente. Por esse motivo a memória pode nos enganar, principalmente se for encarada como fonte fiel do passado. Essa questão, bastante complexa, pode ser melhor discutida a partir de uma citação da obra *O Pensamento e o Movente* de Bergson:

Queremos dizer que é preciso um feliz acaso, uma oportunidade excepcional, para que notemos justamente, na realidade presente, o que terá mais interesse para o historiador futuro. Quando este historiador considerar esse presente para nós, ele aí procurará, sobretudo a explicação de seu presente, para ele, e, particularmente, daquilo que seu presente conterà de novidade. Dessa novidade, não poderemos ter nenhuma idéia hoje, se ela é criação. Como então nos orientaríamos atualmente por ela para escolher, entre os fatos, aqueles que é preciso registrar, ou antes, para fabricar fatos recortando segundo essa indicação a realidade presente? (BERGSON, 1979, p. 109)

Sabemos que a história não estuda o passado pura e simplesmente, mas o faz a partir de questionamentos feitos no presente, questionamentos esses que

estão sempre mudando, de acordo com as carências de cada época. Essa característica tão básica do fazer história torna evidente que, ainda que fosse possível aos homens do passado registrar suas memórias de forma correta – tal como um carimbo em uma folha de papel - ainda assim essa memória não teria o mesmo significado para os seres humanos do futuro, uma vez que os interesses se transformam ao longo da duração.

Sobre o trabalho de construção da História, Bergson nos fala ainda dos signos indicadores, traços de memória necessários para a (re)construção do passado, e destaca a relatividade desses indicadores, uma vez que os fatos considerados importantes em um determinado presente, não o eram – ou poderiam não ser – no passado estudado.

Transmitimos às gerações futuras aquilo que nos interessa, o que nossa atenção fixa à luz de nossa evolução passada, mas não o que o futuro terá tornado interessante para eles, através da criação de um interesse novo, de uma nova direção imprimida à sua atenção. Em outros termos, enfim, as origens históricas do presente, no que ele tem de mais importante, não poderiam ser completamente elucidadas, pois não a reconstituiríamos integralmente, a menos que o passado pudesse ter sido expresso pelos contemporâneos em função de um futuro indeterminado que era, por isto mesmo, imprevisível. (BERGSON, 1979, p. 109)

Segundo Bergson, nossa lógica de pensamento é uma lógica da retrospecção que precisa buscar no passado – ao menos de forma virtual ou em forma de possibilidade – as realidades atuais. Isso acontece, na concepção do autor, porque a lógica

utilizada para pensar o tempo não admite que possa surgir algo novo simplesmente a partir de uma mudança de percepção. As novidades se reservam apenas ao futuro, que é uma progressão do passado. Bergson utiliza como exemplo para essa afirmação, a tentativa de encontrar elementos que caracterizavam o romantismo do século XIX na obra dos clássicos:

Mas o aspecto romântico do classicismo apenas se desprende, por efeito retroativo, do romantismo uma vez aparecido. Se não houvesse existido Rousseau, Chateaubriand, Vigny, Victor Hugo, não somente não teríamos percebido, *mas não teria havido realmente* romantismo nos clássicos, porque esse romantismo dos clássicos só existe devido a seleção de certos aspectos em suas obras, e essa seleção, na sua forma particular, não existia na literatura clássica antes da aparição do romantismo (...) (BERGSON, 1979, p. 109)

Bergson alerta para o fato de que não é possível abandonar essa lógica de retrospectiva com a qual o tempo é pensado, uma vez que o tempo histórico não é reversível, mas é preciso alargá-la, é preciso adaptar essa lógica à uma duração que está sempre mudando. A evolução é criadora, e as transformações não modificam apenas o presente e o futuro, mas o próprio passado em seu significado. Nesse sentido, Flávia Bruno afirma que em Bergson “(...) o passado não sucede ao presente, ele coexiste com ele, mas não é a coexistência de um passado particular. É, ao contrário, a coexistência do passado puro, isto é, de todo o passado, integralmente.” (Bruno, 2009, p. 8).

O cinema nos fornece bons exemplos para pensar as confluências entre as diversas concepções de tempo e a

memória, bem como o papel da imaginação na construção dessa última. Um exemplo é o filme *Spider* (CRONENBERG, Canadá/Inglaterra, 2002). Nesse filme, o personagem principal é um homem que tem a mente perturbada por uma confusão de lembranças e recalques. A vida do personagem central é um emaranhado de acontecimentos e recordações obscuras, o que é representado por sua obsessão por teias de aranha (ele próprio fabrica teias artificiais com linhas) e pelo cenário do filme, bastante sombrio. O filme se passa em Londres e a cidade aparece como um lugar excessivamente sujo e escuro.

O personagem, chamado de Spider (um apelido dado por sua mãe devido a seu hábito de confeccionar teias artificiais) viveu um grande trauma na infância, e o recalque desse trauma faz com que ele viva constantemente em estado psicótico. O filme tem início com a volta de Spider para Londres, depois de ter passado um longo período internado em uma instituição psiquiátrica. Ao voltar para o lugar onde cresceu, Spider tenta se lembrar de sua infância, mas suas memórias são incompreensíveis, e no interior de sua mente perturbada, os acontecimentos vivenciados na infância se confundem com seu próprio presente, enquanto o tempo em que passou internado não existe. Percebemos, com o filme, que ao perder a capacidade de se orientar no tempo, ao ir constantemente ao passado e considerá-lo uma realidade, Spider possui uma espécie de dupla personalidade, uma vez que seu eu adulto e seu eu criança convivem juntos e ao mesmo tempo.

O personagem vive aprisionado em suas próprias memórias e essas memórias interferem na maneira como ele percebe o ambiente ao seu redor. Spider tenta organizar a confusão de sua mente

anotando as próprias lembranças, porém em um determinado momento do filme podemos visualizar seu caderno de notas e perceber que elas não fazem sentido, são um emaranhado de rabiscos semelhantes às teias de aranha artificiais que ele fabrica. Ao perder a noção do tempo, Spider perde a capacidade narrativa e entra em um estado de loucura, aqui compreendida como perda da noção de realidade e, conseqüentemente da capacidade narrativa (MORAIS, 2011).

A origem do trauma do personagem é apresentada durante o filme: Spider acredita que seu pai teria assassinado sua mãe quando ele ainda era criança. O pai assassino teria escondido o corpo da mulher e colocado uma amante prostituta em seu lugar, tentando fazer com que o filho aceitasse a substituição. No filme, a princípio, essa lembrança pode ter dois significados: a) é real e é o motivo da perturbação de Spider; b) Pode ser fruto de sua imaginação, uma vez que o personagem possui uma patologia mental.

Ao final do filme percebemos que Spider, que desde a infância era incapaz de diferenciar imaginação de realidade, matou acidentalmente a própria mãe, que ele amava profundamente, o horror de tal acontecimento faz com que sua lembrança seja apagada, tornando-se uma memória recalque, que é substituída, por meio de um mecanismo de defesa, por uma memória cuja aceitação é menos dolorosa. A memória recalque volta para a consciência de Spider de forma involuntária, impulsionada por uma série de sensações – cheiros, imagens, sons - que são (re) vividas por Spider ao retornar ao lugar onde tudo aconteceu.

Outro exemplo a ser destacado é o livro *O Africano* (2007), escrito por Le Clézio, o narrador conta a história de

sua vida, bastante marcada pela figura do pai (figura que desperta ao mesmo tempo amor e medo. Em um ambiente que foi de absoluta liberdade para o narrador – a África – o pai representava a disciplina excessiva e o poder colonial). As memórias desse narrador não são traumáticas e obscuras como as de Spider, são repletas de afetividade e possuem ampla relação com os lugares e as paisagens.

Em *O Africano* os significados de grande parte das memórias autobiográficas do narrador só vão sendo reveladas na medida em que a narrativa avança, esses significados vão surgindo na mente do narrador, na medida em que este organiza seus pensamentos, permitindo que sentimentos e lembranças que permaneciam no inconsciente cheguem a superfície. Isso evidencia que o inconsciente não é apenas um lugar de recalque, um abrigo para experiências traumáticas.

Em *O Africano*, assim como em *Spider* as lembranças passam do inconsciente para o consciente de maneira involuntária a partir de sensações:

Às vezes, no entanto, vou andando ao acaso pelas ruas de uma cidade e, bruscamente, ao passar por uma porta, na parte baixa de um imóvel em construção, aspiro aquele cheiro frio de cimento recém molhado e eis que estou na choupana de passagem de Abakaliki (...) (Le Clézio, 2007 p. 119)

No caso do livro há uma estreita ligação entre as lembranças e o próprio corpo:

A África era mais corpo que rosto. Era a violência das sensações, a violência dos apetites, a violência das estações. A primeira lembrança que tenho desse continente é de meu corpo coberto por uma erupção

de bolhinhas causadas pelo extremo calor (...) (Le Clézio, p. 12)

No livro de Le Clézio percebemos que a narração não tem a pretensão de ser aceita como absolutamente verdadeira, como um relato totalmente verdadeiro da infância de um menino europeu na África. As memórias contidas no livro, antes de serem “verdadeiras”, são memórias “necessárias”, talvez até idealizadas. É preciso guardar essas memórias, preservá-las com carinho, pois é bom revivê-las, elas representam um refúgio tranquilo e livre na história da vida que nos é contada.

Foi aqui, neste cenário, que vivi os momentos da minha vida selvagem, livre, quase perigosa. Uma liberdade de movimentos, pensamentos e emoções que nunca conheci depois. As lembranças por certo enganam. Essa vida de liberdade total, eu a terei, sem dúvida, mais sonhado que vivido (...) Os dias de Ogoja tinham se tornado então meu tesouro, o passado luminoso que eu não podia perder. (Le Clézio, 2007 p. 18-19).

Muito se fala a respeito da memória atuando na formação da identidade, tanto individual quanto de um povo, entretanto cabe-nos pensar também na existência do esquecimento e em suas consequências – e mesmo em sua função – para a sociedade e para história. Com o objetivo de pensar essa questão, destaco o trabalho de Primo Levi, judeu sobrevivente de Auschwitz. Em seu livro *Os afogados e os sobreviventes* (2004), Levi registra suas memórias enquanto sobrevivente do Holocausto, buscando fornecer mais que um simples testemunho, mas também reflexões sobre o significado dos episódios vivenciados por ele e principalmente por aqueles que não sobreviveram.

Os trabalhos de Levi são diferentes da maioria dos textos autobiográficos, pois o autor não narra propriamente a história de sua vida, ele escreve sobre a experiência de sobreviver. Mario Barenghi afirma que a obra de Levi, definida por ele como “A mais importante experiência memorialística do século XX tardio” é diferente de outros trabalhos de cunho biográfico, pois nele não encontramos a trajetória da construção de uma identidade, mas a imposição de uma não-identidade. (BARENGHI, 2005)

A questão do esquecimento – abordada diversas vezes através do termo “desmemória” é amplamente discutida pelo autor em três momentos específicos:

- a) No que se refere à esmagadora maioria de não sobreviventes, que na visão do autor são as pessoas que realmente chegaram ao fundo, “viram a Górgona” e cujas vozes jamais serão ouvidas.
- b) Quando menciona os sobreviventes que não conseguem ou não suportam falar sobre suas experiências, uma vez que ao recordá-las trazem de volta, involuntariamente, parte do terror vivenciado. Trata-se de uma busca pelo esquecimento.
- c) O terceiro momento onde Levi trata do esquecimento é quando pensa “o opressor”¹: os nazistas que mandaram construir fornos crematórios; a população civil que se calou diante do que acontecia porque “não sabia” e

¹ “Vítima” e “opressor” são termos utilizados por Primo Levi, mas vale destacar que o autor não defende, e se esforça para não utilizar, dualismos simplificadores em seus livros.

não procurou saber o que estava acontecendo; e todos aqueles que “apenas cumpriram ordens”. Aqui Levi trabalha com memórias forjadas, camufladas, com “verdades de conveniência”, e afirma que, nesse caso específico, é impossível diferenciar quando o esquecimento e a negação são forjados e quando são verdadeiros. Nesse ponto o autor percebe uma analogia entre a vítima e o opressor, uma vez que o opressor também sofre com a lembrança do que ocorreu. A consciência do absurdo praticado faz com que esse opressor busque uma verdade alternativa, algo que diminua sua culpa e sua vergonha, nesse processo ele vai da mentira ao auto - engano, camufla e modifica a própria memória e acredita nela.

Primo Levi deixa claro que seu trabalho não tem a pretensão de ser uma obra historiográfica, trata-se de uma “memória”, de uma “recordação”, de uma “lembrança”, e esses termos são empregados pelo autor no sentido mais comum e tradicional das palavras. Levi não é um historiador, nem um filósofo e não tem pretensão de sê-lo. Levi vive uma situação limite e seu objetivo ao escrever e dar um testemunho, que ele sabe que jamais poderia ser imparcial.

Uma defesa é necessária. Este mesmo livro está embebido de memória: ainda por cima, de uma memória distante. Serve-se, portanto, de uma fonte suspeita, e deve ser defendido contra si mesmo. Daí que contenha mais considerações do que lembranças, se detém de boa vontade mais ao estado da coisa tal como é hoje do

que na crônica retrospectiva. (Levi, 2004. p. 29.)

Nesse aspecto a obra de Levi apresenta uma característica paradoxal e extremamente interessante, pois embora o próprio autor tenha alertado sobre as muitas falhas da memória enquanto fonte de verdade e certeza, seu trabalho foi e ainda é encarado como um registro, uma fonte de conhecimento sobre o Holocausto, considerado por muitos a maior tragédia do século XX.

Entretanto, Levi destaca que o que deve ser considerado em sua obra, e na obra de outros sobreviventes, é justamente aqueles que não sobreviveram e nunca poderão testemunhar. O que é relevante na concepção de Levi, mais do que ouvir e ler relatos de sobreviventes de Auschwitz e de outros campos, é pensar acerca dos “afogados”, refletir sobre aqueles cujas histórias nunca serão ouvidas e cujos nomes serão esquecidos. Esse ponto é comum em muitos trabalhos referentes ao Holocausto, nos relatórios de objetos que pertenceram a pessoas desconhecidas, nas fotografias de crianças assassinadas, nas roupas, nos escritos. O que fica em destaque não é a memória, mas o esquecimento. (DANZIGER, 2004)

“De resto toda a história do curto *Reich Milenar* pode ser relida como guerra contra a memória” (LEVI, 2004, p. 26). Essa guerra contra a memória pode ser compreendida em duas dimensões:

a) uma guerra contra os fatos, uma tentativa de apagar os absurdos cometidos durante a guerra.

b) Uma tentativa de apagar a memória individual de cada prisioneiro dos campos de concentração. Os prisioneiros tinham seus objetos pessoais

expropriados, eram afastados de suas casas, não tinham acesso a nenhuma fonte material de memória: fotografias, livros, nem mesmo roupas. Até mesmo a individualidade de seu corpo era destruída, uma vez que seus cabelos eram raspados e sua aparência física completamente transformada. A perda da memória individual leva a perda da própria humanidade, ao aniquilamento moral e a sujeição psicológica.

Primo Levi enfatiza que o principal objetivo de sua obra não é fornecer relatos chocantes sobre as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, nem formular acusações contra as pessoas que planejaram e permitiram a existência de campos de extermínio. O que o motiva a escrever seus relatos é a vontade que tem de fornecer documentos que auxiliem na compreensão do que aconteceu. Levi deseja que seu depoimento possa dizer algo significativo sobre o homem e sua natureza.

O autor tem consciência de que ter sobrevivido à Auschwitz não o torna uma autoridade no assunto. Levi sabe que são muitos os elementos que podem interferir na “pureza” de suas lembranças: suas experiências vivenciadas após 1945, os relatos de outros sobreviventes com os quais o autor teve contato, as expectativas e os questionamentos de seus leitores. Mas ainda sente que escrever é uma necessidade, pois é um sobrevivente, viveu uma experiência limite, marcante e significativa, não apenas para os estudos referentes à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto, mas para a própria compreensão do que o autor define como a “alma humana”. Além disso, diante do fato de ser um dos

poucos sobreviventes, escrever é quase uma obrigação para com aqueles que não sobreviveram, que foram afogados e serão esquecidos.

A obra de Levi é marcada pela busca por compreensão, a escrita do autor consiste muitas vezes em um esforço de superação da comoção que suas memórias causam (nele mesmo e também nos leitores), é preciso racionalizar e tentar compreender os acontecimentos, essa é a única maneira de evitar que fatos terríveis como os vivenciados em Auschwitz venham a se repetir.

Nesse sentido o autor se posiciona em oposição às narrativas que afastam os crimes cometidos em campos de concentração e extermínio da “vida real”, buscando construir a ideia de que esses fatos foram frutos de uma insanidade coletiva e de mentes diabólicas, algo isolado no tempo e no espaço e que não voltará a se repetir. Levi compreende que, embora o horror testemunhado por ele pareça absurdo demais para ser colocado no interior da história real, foram produzidos por seres racionais. Daí a dificuldade de compreender tais fatos. A luta travada pelo autor contra suas próprias angústias e a afetividade de sua memória se estende ao leitor, que ao tomar conhecimento dos fatos narrados é levado a refletir sobre seu papel enquanto testemunha e participante da história.

Referências:

BARENGHI, Mario. **A Memória da Ofensa: Recordar, Narrar, Compreender**. Novos Estudos CEBRAP, nº 73, 2005 Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002005000300013&script=sci_arttext>>. Acesso: 10/06/2011.

BERGSON, Henri. **Cartas, conferências e outros escritos**. Abril Cultural, 1979.

BRUNO, Flávia Luiza. **Tempo e Memória – Bergson e Borges**. Revista Philosophae, 2009. Disponível em: <<<http://www.philosophae.org/PhilosophaeOrg-BorgesBergson-Artigo01.pdf>>>. Acesso em: 10/06/2011.

CLÉZIO, J.M.G. **O Africano**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

DANZIGER, Leila. **Tarefa infinita: percursos entre história, memória e esquecimento**.

Ipotese nº 13, Revista de Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004, pp. 61-77. Disponível em: <<<http://leiladanziger.com/text/35tarefa.pdf>>> Acesso em: 10/06/2011.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEVI, Primo. **Os Afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MORAIS, Ana Bela. **Processo de cicatrização: Qual a profundidade das feridas? Uma leitura da violência em sete filmes contemporâneos**. Dissertação de doutoramento em Estudos de Cultura. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2011.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2007.